

REQUERIMENTO Nº , DE 2019
(Do Sr. Domingos Sávio)

Requer a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, para debater a necessidade de se estabelecer uma cota mínima obrigatória nos lagos artificiais como Furnas e três Marias, como forma de preservação ambiental e geração de emprego e renda através do turismo, aquicultura e agropecuária sustentável.

Senhor Presidente:

Requeiro à Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural - CAPADR, seja realizada audiência pública para debater a necessidade de se estabelecer uma cota mínima obrigatória nos lagos artificiais como Furnas e Três Marias, como forma de preservação ambiental e geração de emprego e renda através do turismo, aquicultura e agropecuária sustentável.

Para tanto, proponho convidar:

- Presidente de Furnas ou seu representante;
- Presidente da Associação dos Municípios do Lago de Furnas – ALAGO;
- Representante da Comissão de Agropecuária e Agroindústria da Assembleia Legislativa de Minas Gerais – ALMG;
- Representante da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais – FAEMG;
- Representante da Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais;
- Representante do Circuito Turístico do Lago de Furnas.

JUSTIFICAÇÃO

Os lagos artificiais de grandes hidrelétricas não podem ser compreendidos como meros reservatórios de água para produção de energia elétrica. Ao inundarem milhares de hectares de áreas de terras férteis e até mesmo cidades, os lagos representam em um primeiro momento um grande problema para as populações das regiões onde foram implantados. Tiveram grande impacto ambiental, social e econômico e em contrapartida as populações ribeirinhas buscavam se adaptar a esta realidade investindo no turismo e na irrigação para gerarem emprego e retomarem suas vidas com muito trabalho e investimentos significativos.

Atualmente, com a ausência de regras claras para manter níveis de cotas mínimas adequadas, os lagos com frequência quase secam, trazendo enormes prejuízos ao turismo e a agricultura.

Com um manejo racional garantindo no período das águas um represamento nos níveis próximos do máximo, será perfeitamente possível manter o ano todo níveis razoáveis de água, garantindo não apenas a geração de energia, mas também o turismo, agropecuária e defesa do meio ambiente.

Diante do exposto, pedimos a aprovação do requerimento ora apresentado.

Sala da Comissão, em 25 de junho de 2019.

DOMINGOS SÁVIO
Deputado Federal (PSDB-MG)